

GRUPAMENTO DE APOIO DO DF

Termo de Referência 471/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
471/2025	120625-GRUPAMENTO DE APOIO DO DF	MILENA RODRIGUES CANDIDO OLIVEIRA	12/05/2026 10:12 (v 0.11)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		67287.003173/2025-58

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de material de consumo denominados **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS INDUSTRIALIZADOS** para atender as demandas do refeitório do CPBV, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Tabela de Itens

ITEM	CATMAT	Descrição	UND DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
1	463857	Açafrão	Unidades	140	R\$ 8,11	R\$ 3.326,40
2	463555	Achocolatado Em Pó	Quilogramas	421	R\$ 11,42	R\$ 15.054,96
3	603269	Açúcar Cristal	Quilogramas	2464	R\$ 5,33	R\$ 11.704,00
4	463993	Açúcar Mascavo	Quilogramas	70	R\$ 11,84	R\$ 744,80
5	463994	Açúcar Refinado	Quilogramas	70	R\$ 5,61	R\$ 347,20
6	407523	Adoçante Líquido	Unidades	140	R\$ 5,89	R\$ 1.703,80
7	445488	Água Mineral 1,5l	Fardos	70	R\$ 35,67	R\$ 2.102,10
8	445484	Água Mineral com Gas 500ml	Fardos	140	R\$ 16,47	R\$ 4.993,80
9	463860	Alho frito, tipo granulado, embalagem de 1 Kg.	Quilogramas	49	R\$ 32,59	R\$ 1.225,00
10	463865	Alho Poró	Unidades	421	R\$ 5,96	R\$ 3.666,91
11	464534	Amendoim 100g	Unidades	4212	R\$ 5,47	R\$ 23.039,64
12	417951	Amido de Milho	Unidades	1123	R\$ 9,24	R\$ 21.662,67
13	458904	Arroz Tipo 1	Pacotes	702	R\$ 14,78	R\$ 25.026,30
14	460501	Aveia em Flocos fino 400g	Unidades	3159	R\$ 11,08	R\$ 49.185,63
15	460502	Aveia Flocos 400g	Pacotes	3159	R\$ 11,84	R\$ 43.183,53
16	478822	Azeite de oliva extra virgem, 500 ml	Unidades	1478	R\$ 44,10	R\$ 49.276,52
17	308155	Biscoito Água E Sal 400g	Pacotes	140	R\$ 6,89	R\$ 1.047,20
18	232930	Biscoito Cream Cracker, 350g, amanteigado tradicional	Pacotes	140	R\$ 4,55	R\$ 898,80
19	335560	Biscoito De Doce Integral	Pacotes	421	R\$ 6,05	R\$ 2.816,49
20	217139	Biscoito Redondo Chocolate Com Recheio	Unidades	421	R\$ 4,18	R\$ 1.759,78
21	245803	Biscoito Redondo Coco Rosquinha	Pacotes	421	R\$ 5,92	R\$ 2.820,70

22	255973	Biscoito Retangula Club Social Pit Stop	Unidades	2957	R\$ 5,16	R\$ 15.258,12
23	294021	Biscoito Retangular Maizena Doce 200g	Unidades	421	R\$ 6,99	R\$ 2.079,74
24	294021	Biscoito Retangular Maizena Doce 400g	Unidades	421	R\$ 5,80	R\$ 2.323,92
25	226206	Biscoito Waffer Chocolate Com Recheio 30g	Unidades	4212	R\$ 5,33	R\$ 22.786,92
26	232385	Biscoito Waffer Morango 30g	Unidades	4212	R\$ 3,54	R\$ 20.975,76
27	464004	Bombom De Chocolate Sonho De Valsa	Pacotes	11	R\$ 62,97	R\$ 774,62
28	463576	Café Especial 250g	Pacotes	105	R\$ 29,77	R\$ 2.923,20
29	463578	Café Torrado Moído A Vácuo 500g	Pacotes	1478	R\$ 37,62	R\$ 37.762,90
30	463873	Canela 10g. apresentação - Casca	Unidades	2106	R\$ 2,78	R\$ 15.647,58
31	463873	Canela 10g. Casca Desidratado	Unidades	2106	R\$ 9,76	R\$ 10.972,26
32	463872	Canela em pó 10g	Unidades	2106	R\$ 4,53	R\$ 12.320,10
33	464542	Castanha do Caju Torrada	Quilogramas	65	R\$ 57,50	R\$ 2.949,05
34	459663	Catchup 180g	Unidades	1053	R\$ 4,74	R\$ 12.362,22
35	467309	Chocolate Amargo 1kg	Quilogramas	140	R\$ 36,01	R\$ 7.882,00
36	463536	Chocolate Ao Leite 1kg	Quilogramas	140	R\$ 63,60	R\$ 8.766,80
37	463534	Chocolate Branco 1kg	Quilogramas	140	R\$ 66,17	R\$ 9.209,20
38	463547	Chocolate Pó 50% Cacau 1kg	Quilogramas	140	R\$ 70,20	R\$ 9.513,00
39	464446	Côco Ralado 100g	Unidades	421	R\$ 5,71	R\$ 2.403,91
40	463892	Cravo 5g	Unidades	1053	R\$ 7,54	R\$ 6.644,43
41	446653	Cream cheese, bisnaga, 400g	Unidades	162	R\$ 25,65	R\$ 3.364,74
42	446538	Creme de leite 200g	Unidades	2387	R\$ 3,65	R\$ 11.195,03
43	462655	Doce Abóbora Com Coco 400g	Unidades	1755	R\$ 6,27	R\$ 23.464,35
44	462606	Doce Ameixa Seca 1kg	Unidades	702	R\$ 35,95	R\$ 9.434,88
45	481245	Doce Amendoim Tablete 120g	Unidades	702	R\$ 25,83	R\$ 2.779,92
46	462664	Doce Banana Cremosa 400g	Unidades	1755	R\$ 4,52	R\$ 18.023,85
47	462666	Doce Bananada 1kg	Unidades	1755	R\$ 27,95	R\$ 24.254,10
48	462626	Doce Calda Abacaxi 400g	Unidades	1755	R\$ 20,80	R\$ 36.995,40
49	462627	Doce Calda Ameixa lt 400g	Unidades	1755	R\$ 22,55	R\$ 42.944,85
50	462630	Doce Calda Figo lt 400g	Unidades	1755	R\$ 18,67	R\$ 45.015,75
51	462634	Doce Calda Pêssego lt 400g	Unidades	1755	R\$ 19,05	R\$ 36.433,80
52	462671	Doce Cocada Branca 1kg	Unidades	1580	R\$ 56,45	R\$ 89.191,00
53	462671	Doce Cocada Branca Doce Fruta, Pasta, Cocada Branca, Lt C/ 1 Quilogramas. Da Marca Minas Goiás Ou Equivalente. (COTA RESERVADA PARA ME/EPP 10% DO ITEM 52)	Unidades	176	R\$ 56,45	9.935,20
54	462672	Doce Cocada Morena 1kg	Unidades	1755	R\$ 25,08	R\$ 127.921,95
55	462655	Doce de Abobora Com Coco 400g	Unidades	1755	R\$ 10,57	R\$ 17.760,60
56	462595	Doce De Leite Com Chocolate 400g	Unidades	1755	R\$ 11,52	R\$ 24.780,60
57	462601	Doce De Leite Cremoso 400g	Unidades	1755	R\$ 16,47	R\$ 31.221,45
58	462678	Doce Goiaba Cremosa 600g	Unidades	1755	R\$ 9,59	R\$ 24.148,80
59	462612	Doce Goiabada Cascão 1kg	Unidades	1755	R\$ 14,73	R\$ 24.061,05
60	462617	Doce Marmelada 700g	Unidades	1755	R\$ 18,39	R\$ 22.832,55
61	462621	Doce Marrom Glacê 700g	Unidades	1755	R\$ 11,94	R\$ 30.730,05
62	380095	Essência de Baunilha 30g	Unidades	35	R\$ 10,39	R\$ 676,90
63	346922	Extrato de tomate 1kg	Unidades	281	R\$ 9,09	R\$ 1.922,04
64	458920	Farinha De Mandioca 1kg	Unidades	1404	R\$ 9,77	R\$ 11.302,20
65	479080	Farinha de Milho 1kg	Unidades	1404	R\$ 11,58	R\$ 16.174,08
66	465332	Farinha De Trigo 25kg	Unidades	4436	R\$ 119,73	R\$ 531.122,28
67	465332	Farinha De Trigo Farinha de Trigo Farinha De Trigo Grupo: Industrial, Ingrediente Adicional: Sem Fermento	Unidades	493	R\$ 119,73	R\$ 59.026,89

		, Tipo: Tipo 1, Especial 25 Quilogramas (COTA RESERVADA PARA ME/EPP 10% DO ITEM 66)				
68	464553	Feijão Carioca 1kg	Unidades	2106	R\$ 8,27	R\$ 19.606,86
69	472894	Feijão Preto 1kg	Unidades	2106	R\$ 10,47	R\$ 19.080,36
70	481031	Fermento Biológico 125g	Unidades	2464	R\$ 6,30	R\$ 9.732,80
71	459586	Fermento Químico 100g	Unidades	1478	R\$ 4,76	R\$ 5.985,90
72	463904	Folha de Louro 5g	Unidades	702	R\$ 4,59	R\$ 5.040,36
73	470688	Fubá	Unidades	702	R\$ 7,03	R\$ 5.707,26
74	472808	Fumaça em Pó 15g	Unidades	211	R\$ 4,49	R\$ 3.236,74
75	462729	Gelatina Pó 1kg	Unidades	70	R\$ 17,13	R\$ 1.511,30
76	481040	Geléia Fruta Variado 200g	Unidades	810	R\$ 13,46	R\$ 26.543,70
77	444323	Granola 1kg	Quilogramas	81	R\$ 13,68	R\$ 4.307,58
78	312777	Leite Condensado lt 395g	Unidades	702	R\$ 8,49	R\$ 6.346,08
79	445015	Leite em Pó 300g	Unidades	324	R\$ 15,37	R\$ 6.308,28
80	445995	Leite Integral 1l	Unidades	11826	R\$ 5,75	R\$ 115.185,24
81	445997	Leite Integral Desnatado	Unidades	842	R\$ 6,41	R\$ 7.249,62
82	458974	Macarrão Espaguete 500g	Unidades	1053	R\$ 4,58	R\$ 6.728,67
83	458951	Macarrão Parafuso 500g	Unidades	1053	R\$ 3,47	R\$ 6.138,99
84	459658	Maionese 500g	Unidades	421	R\$ 9,36	R\$ 8.895,73
85	354518	Manteiga Com Sal 500g	Unidades	562	R\$ 18,43	R\$ 27.751,56
86	278950	Manteiga Sem Sal 500g	Unidades	562	R\$ 52,13	R\$ 28.071,90
87	463699	Margarina Emabalagem 15Kg	Unidades	140	R\$ 142,69	R\$ 3.399,20
88	462123	Milho para pipoca, 400g	Unidades	27	R\$ 8,29	R\$ 217,89
89	620468	Mistura para bolo, 450g	Unidades	810	R\$ 4,66	R\$ 7.614,00
90	242454	Mistura para Paes 25kg	Unidades	211	R\$ 80,12	R\$ 32.430,70
91	459654	Molho Shoyu 1l	Unidades	351	R\$ 6,12	R\$ 4.433,13
92	459667	Mostarda 180g	Unidades	702	R\$ 5,36	R\$ 7.251,66
93	463913	Noz moscada 5g	Unidades	632	R\$ 7,04	R\$ 3.893,12
94	388614	Óleo vegetal 900ml	Unidades	3449	R\$ 9,07	R\$ 32.972,44
95	463916	Oregano desidratado 100g	Unidades	140	R\$ 8,16	R\$ 687,40
96	463917	Paprica 10g	Unidades	4928	R\$ 2,42	R\$ 35.678,72
97	463919	Pimenta do Reino 30g	Unidades	986	R\$ 4,83	R\$ 9.041,62
98	337618	Pó Para Flan Coco 1kg	Unidades	211	R\$ 10,52	R\$ 2.654,38
99	344691	Refrigerante Cola 2l	Unidades	878	R\$ 6,27	R\$ 11.422,78
100	344694	Refrigerante Guaraná 2l	Unidades	878	R\$ 9,33	R\$ 10.404,30
101	232699	Refrigerante Laranja 2l	Unidades	878	R\$ 11,68	R\$ 8.806,34
102	232700	Refrigerante Limão 2l	Unidades	878	R\$ 10,02	R\$ 8.797,56
103	454018	Sal Grosso, 1Kg	Unidades	16	R\$ 7,80	R\$ 124,80
104	461092	Sal Refinado 1kg	Unidades	493	R\$ 3,84	R\$ 1.799,45
105	486169	Suco (mistura para suco em pó de alto rendimento), 1Kg Sabores diversos	Unidades	493	R\$ 2,83	R\$ 7.464,02
106	396125	Suco concentrado 5 litros	Unidades	140	R\$ 12,00	R\$ 9.830,80
107	486171	Suco, caixinha 200ml, sabores diversos	Unidades	14783	R\$ 15,66	R\$ 43.757,68
108	269223	Vinagre 750ml	Unidades	986	R\$ 7,67	R\$ 7.562,62
VALOR TOTAL					R\$ 2.221.790,19	

**As especificações de descrição e quantidades dos itens estão melhores detalhadas na tabela anexada a este Termo de Referência.*

- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.5. O prazo de vigência da contratação é de **120 (cento e vinte) dias** contados da assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. **Sendo esse contrato na modalidade de Sistema de registro de Preço, a Ata terá prazo de vigência de 1 (um) ano não sendo prorrogável.**

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os proponentes-fornecedores serão em tese fornecedores e não produtores, no entanto, presume-se que os produtores estejam compromissados com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental, que estejam comprometidos com as boas práticas de sustentabilidade voltadas para exploração não-predatória, não-poluente e que não contamina o meio-ambiente, além disso deverão atentar para a obrigação legal da contratada estar diretamente relacionada com o art. 5o da Instrução Normativa no 01/2010 da SLTI /MPOG e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 7ª edição (Outubro/2024)

4.1.2 Os proponentes-fornecedores deverão observar e cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação desde a produção e fabricação, quanto na utilização, no transporte e no descarte dos produtos e matérias-primas com observância da Instrução Normativa IBAMA nº 22, de 22/12/2021, caso haja itens enquadrados como atividades potencialmente poluidoras e utilizadores de recursos ambientais, caso em que poderá ser solicitado certificado de sustentabilidade ambiental.

4.1.3. A empresa deverá ter registro no **CGC/MAPA** das pessoas físicas ou jurídicas processadoras, beneficiadoras, industrializadoras e embaladoras de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico padronizados sujeitos à classificação e das pessoas físicas ou jurídicas autorizadas a executar a classificação desses produtos, de acordo com o inciso VI do art 1º do Decreto nº 6.268 de 2007 revogado pelo Decreto nº 12.709 de 2025.

4.1.4. A empresa deverá apresentar, no que couber, conforme anexo I da Instrução Normativa IBAMA no 13, de 23/08 /2021, de registro de fabricante do produto no cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadora de recursos ambientais, acompanhado do respectivo certificado de regularidade válido, nos termos do artigo 17, Inciso II, da Lei no 6.938, de 1981, e legislação correlata.

Descarte de Equipamento de Proteção Individual (EPI) utilizado na Manipulação de Alimentos:

4.2. O EPI após utilização e que esteja para ser descartado pelos funcionários deverá ser coletado em todas as fases da logística do material, desde o recebimento, armazenamento e distribuição para fins adequados de descarte ou reciclagem;

Investir em embalagens sustentáveis

4.3. Utilizar, quando possível de acordo com o material a ser embalado, embalagens feitas em materiais biodegradáveis que não agredem a natureza ao se deteriorarem ou recicláveis;

Indicação de marcas ou modelos

4.4. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

4.5. As referidas marcas, características ou modelos estão detalhados nas descrições de cada item da tabela de lista de itens anexada a este instrumento.

Subcontratação

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.8. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota **de até vinte e cinco por cento** do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.8.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.8.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.8.3 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 5 dias, contados do, recebimento da nota de empenho pelo fornecedor **em remessa única para cada empenho.**

5.1.2. Considerando que o objeto da contratação consiste no fornecimento de gêneros alimentícios, verifica-se a inviabilidade de estabelecimento prévio de cronograma fixo de entregas. A demanda por tais itens é variável, em razão do planejamento semanal dos cardápios e da oscilação do efetivo a ser atendido. Soma-se a isso a elevada distância da unidade em relação aos principais centros comerciais, aproximadamente 87 km, o que também dificulta a

definição antecipada de cronogramas rígidos. Dessa forma, as entregas serão solicitadas conforme a necessidade da Administração, mediante requisições durante a execução contratual, por meio das Notas de Empenho, respeitando os limites das quantidades na tabela, anexa, do Termo de Referência.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

5.2.1. Local: Seção de Subsistência (Rancho do CPBV) **LOCALIZADO NA BR 163, KM 21 SERRA DO CACHIMBO, NOVO PROGRESSO - PA.**

5.3. Considerando que o CPBV está a 87 (oitenta e sete) km da cidade mais próxima, o objeto da contratação será solicitado a cada **30 (trinta) dias, com uma quantidade mínima de 1.000 (mil) quilos por solicitação.**

5.4. Horário de entrega: **10 às 15:30h** de Brasília mediante agendamento prévio e contato com a Célula de Apoio de Subsistência (CAS)

5.4.1. No caso de produtos perecíveis:

5.4.2 Os produtos devem estar dentro do prazo de validade na entrega.

5.4.3 O prazo de validade na data da entrega deverá ser contada de acordo com as validades por produto constantes no Estudo Técnico Preliminar, apêndice a este instrumento e conforme a validade recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.6. O prazo de validade na data da entrega deverá ser contada conforme detalhado abaixo e de acordo com as validades por produto constantes no Estudo Técnico Preliminar, apêndice a este instrumento e conforme a validade recomendado pelo fabricante:

5.7. Os produtos que possuem validade de 10 dias, na data de entrega, poderá ter transcorrido no máximo 1 dias após a data de produção/fabricação/rotulagem.

Os produtos que possuem validade de 1 a 6 meses, na data de entrega, poderá ter transcorrido no máximo 20 dias após a data de produção/fabricação/rotulagem.

5.8. Os produtos que possuem validade de 7 a 12 meses, na data de entrega, poderá ter transcorrido no máximo 30 dias após a data de produção/fabricação/rotulagem.

5.9. Os produtos que possuem validade de 13 a 18 meses, na data de entrega, poderá ter transcorrido no máximo 30 dias após a data de produção/fabricação/rotulagem.

5.10. Os produtos validade de 19 a 24 meses, na data de entrega, poderá ter transcorrido no máximo 60 dias após a data de produção/fabricação/rotulagem.

5.11. Os produtos validade de 25 a 48 meses, na data de entrega, poderá ter transcorrido no máximo 120 dias após a data de produção/fabricação/rotulagem.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.12. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. **Multa:**

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (zero virgula cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **0,8 (zero virgula oito por cento)**;

7.2.4.2. Moratória de **0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2% (dois por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **1% (um por cento)** a **3% (três por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **1% (um por cento)** a **1,5% (um e meio por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **1,5% (um e meio por cento)** a **3% (três por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **1% (um por cento)** a **1,5% (um e meio por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **20 (vinte)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **2 (dois) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 2 (dois) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dois dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta

vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27/10/2025.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO** sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral, de acordo com a demanda do CPBV.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, **pra cada exercício**, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor

Qualificação Técnica

9.30 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões

ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.31.2 *Conforme §2º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, “será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados”. Além disso, registre-se que só é possível a exigência de atestado quanto às parcelas de maior relevância, entendidas essas como as que possuem valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação (art. 67, §1º).*

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.31.5 O atestado de capacidade técnico-operacional deve comprovar, quando aplicável, a logística de transporte, armazenamento ou distribuição adequados às condições regionais, tendo aderência ao critério de natureza e vulto compatíveis.

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 2.221.790,19 (dois milhões, duzentos e vinte e um mil, setecentos e noventa Reais e dezenove centavos), conforme custos unitários apostos na tabela deste termo de Referência.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: [1];

II) Fonte de recursos: [1050000140];

III) Programa de trabalho: [168919];

IV) Elemento de despesa: [339030]; e

V) Plano interno: [CP063100100].

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

(assinado eletronicamente)

MILENA RODRIGUES CANDIDO OLIVEIRA 3S SAD

Membro administrativo da Comissão de Planejamento

Ato de Aprovação

12.2. APROVO o presente **TERMO DE REFERÊNCIA** proposto pela Seção de Acompanhamento Orçamentário (SAO) do CPBV, pelo mesmo preencher as exigências necessárias para contratação do objeto a ser contratado, qual seja, a **Contratação de empresa especializada para fornecimento de gêneros alimentícios (industrializados)** através do **PREGÃO ELETRÔNICO** conforme especificações contidas neste instrumento.

(assinado eletronicamente)

HUGO FARIAS **PALMEIRA** Ten Cel Av

Ordenador de Despesa/Dirigente Máximo do CPBV

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Não se aplica.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônico sob PAG nº 67287.003173/2025-58 bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DAVID HENRIQUE DE MELO

Membro da comissão de contratação

RICARDO FERREIRA CABRAL

Membro da comissão de contratação

MILENA RODRIGUES CANDIDO OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	TERMO DE REFERÊNCIA ATUALIZADO
Data/Hora de Criação:	12/05/2026 14:50:41
Páginas do Documento:	19
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	20
Hash MD5:	4623ac9a0c84191c0f4cad286083b1be
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento MILENA RODRIGUES CANDIDO no dia 12/05/2026 às 13:38:55 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten DAVID HENRIQUE DE MELO no dia 12/05/2026 às 13:50:21 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento MONALIZA PACLHA TENÓRIO no dia 12/05/2026 às 15:29:31 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Av HUGO FARIAS PALMEIRA no dia 15/05/2026 às 10:40:28 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO